

Racismo religioso, corpo e discurso de (re)existência em M’Kumba¹

Beatriz Oliveira Vieira²

Marluza da Rosa³

Universidade Federal de Santa Maria *Campus* Frederico Westphalen

RESUMO

A partir da perspectiva da Análise de Discurso, compreende-se que os sentidos atribuídos às práticas e aos corpos negros são atravessados por formações discursivas históricas marcadas pelo colonialismo e pela imposição da lógica cristã ocidental. O texto discute como a catequização operou como aparato discursivo de apagamento das culturas africanas, instaurando uma memória discursiva que estigmatiza religiões não hegemônicas. Nesse cenário, o corpo negro, investido de sentidos simbólicos, torna-se lugar de disputa, pois, ao figurar nos ritos e imagens da Umbanda, reinscreve-se como sujeito de poder e memória. Assim, resgata marcas de sua ancestralidade e religiosidade em um corpo-imagem.

PALAVRAS-CHAVE

Corpo e racialidade; Racismo religioso; Análise de Discurso; Comunicação antirracista; Intolerância religiosa

M’KUMBA E O RACISMO RELIGIOSO

Em abril de 2025, o fotógrafo fluminense Gui Christ venceu o prêmio *Sony World Photography Awards*, na categoria “Retratos”, com o projeto “M’kumba”, cuja temática visa combater o racismo religioso. A ideia era realizar um ensaio fotográfico que resgatasse elementos de religiões de matrizes africanas, como forma de tributo a elas e combate à intolerância. Christ segue a religião Umbanda e relatou ter vivenciado experiências de intolerância religiosa. Um dos episódios aconteceu quando o fotógrafo andava por uma rua vestindo trajes e acessórios umbandistas e um motorista deliberadamente tentou o atropelar. Segundo ele, o carro tinha um adesivo que fazia menção a uma religião cristã.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT03SU - Comunicação antirracista e pensamento afrodiaspórico), evento integrante da programação do 24º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 3 a 5 de julho de 2025.

² Estudante de Graduação do 7º Semestre de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria *Campus* Frederico Westphalen

³ Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria *Campus* Frederico Westphalen.

O estigma que recai sobre as religiões de matrizes africanas, como a própria Umbanda e o Candomblé, em contraste com a predominância das religiões cristãs europeias, como a Católica e a Protestante, não é recente. Para entendermos as razões que levam a esse embate, torna-se necessário retornarmos à história do Brasil e resgatarmos o impacto dessas religiões na formação social de nosso país. Sabe-se que o Brasil passou por um processo de colonização, no qual diversas pessoas, trazidas involuntariamente do continente africano, foram escravizadas em fazendas e engenhos instalados pelos colonizadores portugueses. Esse processo de escravização dos povos africanos foi justificado pela crença racista de que estes eram intelectualmente inferiores aos povos europeus.

Trata-se de uma crença racista, pela definição de Almeida (2021, p. 32), que concebe o racismo como “forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem”. Portanto, o racismo é pautado nas diferenças de tratamento, acessos e privilégios, baseadas na distinção entre pessoas brancas e pessoas negras. Assim sendo, esse fenômeno de origem colonial possui dimensão social e estrutural, abrangendo, ainda hoje, diversas instâncias institucionais, como a religiosa.

Em decorrência da colonização, os povos originários e africanos foram obrigados a passar pela catequização. Esse processo, segundo Santos (2025), serviu como pretexto para a imposição de valores e crenças europeias, que culminou no apagamento de diversos povos indígenas e na violência contra os povos africanos, que eram vistos como seres sem alma, que necessitavam de salvação divina. Desse modo, a sociedade brasileira se baseou em preceitos eurocêntricos, fomentando uma hegemonia epistemológica e religiosa. Logo, as religiões consideradas “pagãs”, como as indígenas e as africanas, foram estigmatizadas e demonizadas.

Nogueira (2020, p. 35) explica que, “no cerne da noção de intolerância religiosa, está a necessidade de estigmatizar para fazer oposição entre o que é normal, regular, padrão e o que é anormal, irregular, não padrão”. Em outras palavras, a intolerância religiosa e o racismo religioso estão atrelados ao processo de colonização, no qual os colonizadores, como forma de dominação, impunham suas crenças e sua religião com a justificativa de que os indígenas e negros precisavam ser salvos por Deus, salvação essa

que começava com a imposição a esses povos do modo de vida europeu. Também, esses fenômenos religiosos se perpetuam ainda nos dias de hoje pois são resultados da colonialidade, que, de acordo com Mignolo (2016, p. 2) “é assumidamente a resposta específica à globalização e ao pensamento linear global, que surgiram dentro das histórias e sensibilidades da América do Sul e do Caribe”. Em outras palavras, a colonialidade é a herança deixada pela colonização, uma vez que o mundo moderno se configura e conserva suas marcas discursivas e sociais. Portanto, as religiões não hegemônicas, segundo Nogueira (2020), passam a ser estigmatizadas, excluídas, silenciadas e apartadas do que é considerado normal e de prestígio, porque correspondem a um processo histórico.

No caso das religiões de matrizes africanas, o racismo religioso é resultado das imposições coloniais que tentaram suprimir suas crenças, diante da resistência dos povos negros em preservar suas tradições. Isso porque os escravizados, como relembra Nogueira (2020), preservaram saberes ancestrais através de ritos, falas, mitos, corporeidade e arte, que negam as lógicas do pensamento cristão ocidental. Nesse sentido, se por um lado, entendemos que uma das ações colonizadoras foi o apagamento de culturas não europeias, por outro, vemos que o grande conflito entre essas distintas religiões deve-se “a existência de uma religiosidade que retorna no tempo para se compreender e até para (re-)sistir” (Nogueira, 2020, p. 57). Portanto, o racismo religioso se baseia na intolerância a crenças não hegemônicas e se mantém por não aceitar um tipo de religião que resgate uma ancestralidade que sofreu constantes tentativas de apagamento.

CORPO NEGRO NO DISCURSO

Ora, para considerarmos que o resgate dessa ancestralidade corporal, que está inserida em ritos e imagens, é importante o bastante para sustentar a intolerância, também é importante que entendamos a influência do corpo nesse processo. Nesse sentido, Orlandi (2012, p. 95) afirma que “não há corpo que não esteja investido de sentidos”. Isso quer dizer que o corpo físico, pela perspectiva discursiva, produz sentidos, porque se torna um objeto simbólico, transpassado pela história, pela língua e pelo contexto social e cultural em que está inserido. Assim, entendemos que o corpo

negro, inscrito na religião Umbanda, vai ter um sentido que outro corpo negro, inserido em uma religião cristã, por exemplo, não tem.

Os sentidos sobre os corpos não surgem de uma hora para outra, visto que esse processo de significação acontece a partir da formação discursiva, que, segundo Orlandi (2007, p. 43) “determina o que pode e deve ser visto”. Assim, as palavras, os objetos, os corpos, só ganham sentido a partir da formação discursiva em que estão inseridos. Nesse processo, também há interdiscurso, ou a memória discursiva, que é “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (Orlandi, 2007, p. 31). Portanto, os sujeitos produzem sentidos sobre os corpos a partir de noções já ditas, antes mesmo que se tenha uma noção de que eles significam.

A partir disso, entendemos que os sentidos produzidos sobre os corpos estão relacionados a discursos sobre padrões corporais já historicizados e naturalizados. Se compreendemos que o corpo do sujeito negro é marginalizado e desumanizado, tendo em vista todo o processo de violência e escravização dos povos africanos, podemos observar que as marcas corporais negras incorporadas nos orixás da religião Umbanda representam a reivindicação de um espaço de poder que foi tomado desses povos. Isso porque, “as divindades africanas foram demonizadas, e o deus cristão foi imposto aos povos negros como parte do projeto colonial” (Santos, 2025, p. 51). Desse modo, a afirmação da corporeidade de figuras negras de autoridade em espaços de adoração resgatam a tradição que foi alvo de constantes tentativas de apagamento.

No entanto, não se pode considerar que os povos africanos aceitaram de forma passiva essas tentativas, pelo contrário, eles acharam formas de resistir a elas. Preservar e transmitir as tradições africanas, como as religiões e os cultos, por exemplo, são formas de resistência. Evaristo (2021, p. 26) explica que “é pela força da memória que o sujeito afrodiaspórico pode se reconectar com o território africano, seu ponto de origem”. Assim, atos como o ensaio fotográfico de Christ manifestam essa memória que resistiu ao tempo e à violência, marcada, neste caso, pela corporeidade dessas tradições no corpo-imagem do sujeito negro.

Desse modo, a partir das imagens feitas pelo fotógrafo é esperado observar as marcas dessa ancestralidade na representação do corpo-imagem das entidades da Umbanda, como forma de resistência às tentativas de apagamento das tradições africanas e ao racismo religioso. É importante destacar que os sentidos produzidos a

partir desse corpo-imagem estão relacionados ao campo do olhar (Da Rosa, 2020). Desse modo, a representação dessas entidades no meio artístico é uma forma de apropriação dos elementos de matrizes africanas como forma de resistência.

Nesse sentido, Evaristo (2021) aponta que uma das formas de resistência moderna é a apropriação que os afro-brasileiros fazem do passado, manifestada na arte. A autora argumenta que o resgate de elementos culturais de matrizes africanas também é uma forma de intervenção social, que promove a arte através da política. Portanto, essa manifestação artística pode ser entendida como uma forma de preservar a cultura, resistir à colonialidade e promover atuação política, por intermédio da arte, manifestando a ancestralidade e a religiosidade dos povos africanos em um corpo-imagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. 8º Reimpressão. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Coleção Feminismos Plurais, coord. Djamila Ribeiro)

EVARISTO, Conceição. *Narrativas de (re)existência*. In PEREIRA, Amilcar Araujo. *Narrativas de (Re)existência: antiracismo, história e educação*. 1ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021

DA ROSA, Marluza. *A hipervisibilidade do corpo-imagem migrante: uma estética do nomadismo na invisibilidade social*. Revista RALEL. p. 26 - 46.

MIGNOLO, Walter D. *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*. Trad. Marco Oliveira. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 11 de Mai

NOGUEIRA, Sidnei. *Intolerância religiosa*. 1ª ed. São Paulo: Editora Pólen, 2020. (Coleção Feminismos Plurais, coord. Djamila Ribeiro)

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: Princípios e procedimentos*. 7ª ed. Campinas, SP: Pontes 2007

SANTOS, Maria Graziela Correia dos. *Da intolerância religiosa ao racismo religioso: uma análise discursiva de notícias da mídia sergipana sobre a hostilidade aos povos de terreiro*. 2025, 116 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – concentração em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.